

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	23.000
Preferenciais	46.000
Total	69.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	13.526	11.707
1.01	Ativo Circulante	383	618
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90	96
1.01.04	Estoques	0	293
1.01.04.01	Estoques de Imóveis	0	293
1.01.06	Tributos a Recuperar	293	227
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	293	227
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	2
1.01.08.03	Outros	0	2
1.01.08.03.01	Outras Contas	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	13.143	11.089
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.016	10.947
1.02.01.03	Contas a Receber	23	56
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	23	56
1.02.01.04	Estoques	582	289
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	582	289
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.032	10.223
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	12.032	10.223
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	379	379
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	379	379
1.02.03	Imobilizado	21	29
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21	29
1.02.04	Intangível	106	113
1.02.04.01	Intangíveis	106	113
1.02.04.01.02	Softwares	64	71
1.02.04.01.03	Marcas e Patentes	42	42

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	13.526	11.707
2.01	Passivo Circulante	17.917	15.543
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7	6
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7	6
2.01.02	Fornecedores	81	36
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	81	36
2.01.03	Obrigações Fiscais	392	373
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	372	358
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Parceladas	363	346
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Correntes	9	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	20	15
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	20	15
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.996	2.776
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.996	2.776
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.996	2.776
2.01.05	Outras Obrigações	2.258	12.134
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.122	12.134
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.122	12.134
2.01.05.02	Outros	136	0
2.01.05.02.04	Outras Contas	136	0
2.01.06	Provisões	183	218
2.01.06.02	Outras Provisões	183	218
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	183	218
2.02	Passivo Não Circulante	15.853	13.063
2.02.02	Outras Obrigações	4.289	4.142
2.02.02.02	Outros	4.289	4.142
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parceladas	4.289	4.142
2.02.04	Provisões	11.564	8.921
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.02	Outras Provisões	9.898	7.255
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	259	343
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	9.639	6.912
2.03	Patrimônio Líquido	-20.244	-16.899
2.03.01	Capital Social Realizado	8.969	8.969
2.03.02	Reservas de Capital	15.374	15.374
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.374	15.374
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.587	-41.242

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.100	2.389	332	729
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	-54	-58
3.03	Resultado Bruto	1.100	2.389	278	671
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.485	-3.914	-714	-1.742
3.04.01	Despesas com Vendas	-67	-67	-6	-6
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-525	-1.119	-505	-915
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-893	-2.728	-203	-821
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-385	-1.525	-436	-1.071
3.06	Resultado Financeiro	-753	-1.820	-3.220	-3.555
3.06.01	Receitas Financeiras	3	5	3	3
3.06.02	Despesas Financeiras	-756	-1.825	-3.223	-3.558
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000
3.99.01.02	PN	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000
3.99.02.02	PN	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.420	-408
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.224	-224
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-3.345	-4.626
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	16	22
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.728	821
6.01.01.05	Despesas Financeiras - Juros e Variações	1.825	3.559
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	196	-184
6.01.02.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	0	58
6.01.02.02	Contas a Receber/Créditos	0	-205
6.01.02.03	Fornecedores	45	15
6.01.02.04	Obrigações Tributárias e Trabalhistas	3	-14
6.01.02.05	Obrigações Parceladas	164	-80
6.01.02.06	Adiantamento de Clientes	0	127
6.01.02.08	Demais Ativos e Passivos	-16	-85
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.426	424
6.03.01	Ingressos de Empréstimos	12.745	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	-2.350	-6.351
6.03.03	Empréstimos/Contratos de Mútuo	-11.821	6.775
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6	16
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96	86
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90	102

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.345	0	-3.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.345	0	-3.345
5.07	Saldos Finais	8.969	15.374	0	-44.587	0	-20.244

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.626	0	-4.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.626	0	-4.626
5.07	Saldos Finais	8.969	0	0	-41.170	0	-32.201

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	2.613	798
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-903	-740
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-58
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-903	-682
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.710	58
7.04	Retenções	-16	-22
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16	-22
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.694	36
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.724	-818
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.728	-821
7.06.02	Receitas Financeiras	4	3
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.030	-782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.030	-782
7.08.01	Pessoal	266	216
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	224	69
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.825	3.559
7.08.03.01	Juros	1.825	3.559
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.345	-4.626
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.345	-4.626

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	11.125	12.415
1.01	Ativo Circulante	2.220	7.004
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	303	196
1.01.03	Contas a Receber	1.178	2.280
1.01.03.01	Clientes	1.178	2.280
1.01.03.01.01	Contas a Receber	932	2.034
1.01.03.01.02	Contas a Receber s/ Cessão de Direitos	246	246
1.01.04	Estoques	0	3.892
1.01.04.01	Estoques de Imóveis	0	3.892
1.01.06	Tributos a Recuperar	739	634
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	739	634
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	8.905	5.411
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.937	4.430
1.02.01.03	Contas a Receber	2.439	2.829
1.02.01.03.01	Clientes	2.416	2.772
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	23	57
1.02.01.04	Estoques	5.114	1.222
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	5.114	1.222
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	384	379
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	384	379
1.02.02	Investimentos	835	835
1.02.02.01	Participações Societárias	835	835
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	835	835
1.02.03	Imobilizado	26	33
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	26	33
1.02.04	Intangível	107	113
1.02.04.01	Intangíveis	107	113
1.02.04.01.02	Softwares	65	71
1.02.04.01.03	Marcas e Patentes	42	42

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	11.125	12.415
2.01	Passivo Circulante	21.490	18.996
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.124	603
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.124	603
2.01.02	Fornecedores	207	88
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	207	88
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.405	1.782
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.354	1.749
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30	427
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Parceladas	1.239	1.222
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Correntes	85	100
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	51	33
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	51	33
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.763	3.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.763	3.729
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.763	3.729
2.01.05	Outras Obrigações	2.808	12.576
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.387	12.404
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.387	12.404
2.01.05.02	Outros	421	172
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	128	18
2.01.05.02.05	Outras Contas	293	154
2.01.06	Provisões	183	218
2.01.06.02	Outras Provisões	183	218
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	183	218
2.02	Passivo Não Circulante	9.879	10.318
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	775	1.038
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	775	1.038
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	775	1.038
2.02.02	Outras Obrigações	7.179	7.271
2.02.02.02	Outros	7.179	7.271
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parceladas	7.158	7.260
2.02.02.02.05	Outras Contas	21	11
2.02.04	Provisões	1.925	2.009
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.02	Outras Provisões	259	343
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	259	343
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-20.244	-16.899
2.03.01	Capital Social Realizado	8.969	8.969
2.03.02	Reservas de Capital	15.374	15.374
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.374	15.374
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.587	-41.242

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.051	5.680	1.789	3.347
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.023	-2.568	-1.326	-2.358
3.03	Resultado Bruto	2.028	3.112	463	989
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.528	-4.607	-773	-1.540
3.04.01	Despesas com Vendas	-48	-48	-5	-15
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.480	-4.559	-768	-1.525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-500	-1.495	-310	-551
3.06	Resultado Financeiro	-638	-1.800	-3.342	-4.069
3.06.01	Receitas Financeiras	229	241	41	235
3.06.02	Despesas Financeiras	-867	-2.041	-3.383	-4.304
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.138	-3.295	-3.652	-4.620
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-50	-4	-6
3.08.01	Corrente	0	-50	-4	-6
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000
3.99.01.02	PN	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000
3.99.02.02	PN	-16,49000	-48,48000	-52,99000	-67,04000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.138	-3.345	-3.656	-4.626

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	394	-59
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.239	-301
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-3.345	-4.626
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	17	22
6.01.01.04	Despesas Financeiras - Juros e Variações	2.041	4.303
6.01.01.05	Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	48	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.633	242
6.01.02.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	0	57
6.01.02.02	Contas a Receber/Créditos	1.410	835
6.01.02.03	Fornecedores	119	54
6.01.02.04	Obrigações tributárias e Trabalhistas	127	-279
6.01.02.05	Obrigações Parceladas	-85	-148
6.01.02.06	Adiantamento de Clientes	110	135
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-5	-177
6.01.02.08	Demais Ativos e Passivos	-43	-235
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-287	-105
6.03.01	Ingressos de Empréstimos	12.080	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	-2.350	-12.796
6.03.03	Empréstimo/Contratos de Mútuo	-10.017	12.691
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	107	-164
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	196	331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	303	167

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899	0	-16.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899	0	-16.899
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.345	0	-3.345	0	-3.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.345	0	-3.345	0	-3.345
5.07	Saldos Finais	8.969	15.374	0	-44.587	0	-20.244	0	-20.244

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575	0	-27.575
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575	0	-27.575
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.626	0	-4.626	0	-4.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.626	0	-4.626	0	-4.626
5.07	Saldos Finais	8.969	0	0	-41.170	0	-32.201	0	-32.201

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	6.179	3.649
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.227	3.649
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-48	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.949	-3.090
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.568	-2.358
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.381	-732
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.230	559
7.04	Retenções	-17	-23
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17	-23
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.213	536
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	242	235
7.06.02	Receitas Financeiras	242	235
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.455	771
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.455	771
7.08.01	Pessoal	3.163	784
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	596	309
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.041	4.304
7.08.03.01	Juros	2.041	4.304
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.345	-4.626
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.345	-4.626

Comentário do Desempenho



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA

Comentário de Desempenho

Em Abril de 2.008 a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A, assumiu o controle acionário e administrativo da Construtora Adolpho Lindenberg S/A, que vinha acumulando prejuízos constantes que culminou em dezembro de 2.008 no valor acumulado de R\$ 35.651 mil e um Patrimônio Líquido negativo de R\$ 26.682 mil.

Desde a aquisição a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e busca por resultados positivos.

Em 20 de setembro de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou um aumento de capital na companhia de R\$ 30.000, mediante a emissão para subscrição privada, de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

O preço de emissão foi definido em R\$ 98,97, por ação ordinária ou por ação preferencial, fixado de acordo com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, de acordo com justificativa aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/2009 disponibilizado aos acionistas.

A Assembléia Geral Extraordinária, também fixou o prazo para o direito de subscrição e integralização ao aumento de capital, sendo então até o dia 21 de outubro de 2010.

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia tomou ciência da existência da Ação Cautelar referente ao Processo nº 187628-0/000000-000, movida pelo acionista Sr. Marcos Ribeiro Simon, tendo sido concedido, por meio de Agravo de Instrumento, pela 3ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, efeito suspensivo, até o julgamento da Ação Cautelar, da deliberação que aprovou o aumento de capital, suspendendo inclusive, o prazo para exercício do direito de preferência quanto à subscrição de ações emitidas no âmbito do aumento de capital, que se encerraria em 21 de outubro de 2010.

Diante do ocorrido, no mesmo dia 20 de outubro de 2010, a Companhia cumpriu a ordem judicial e comunicou a BM&F Bovespa, publicando Aviso aos Acionistas no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios do dia 22 de outubro de 2010.

Em 10 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência da decisão de revogação da liminar proferida nos autos da Ação acima mencionada, bem como a extinção do feito sem julgamento do mérito.

Comentário do Desempenho

Ainda em 14 de dezembro de 2010, a Companhia informou a mercado por meio da BM&F Bovespa e Aviso aos Acionistas publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios de que o prazo para o direito de preferência nas ações havia sido encerrado e informou novo prazo para subscrição das Sobras.

Em 20 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência de nova decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da Ação Cautelar nº 990.10.572630-5, requerida pelo acionista da Companhia Sr. Marcos Ribeiro Simon, que suspendeu os efeitos, até o julgamento dessa Ação Cautelar, da deliberação tomada na Assembléia Geral de 20 setembro de 2010, referente ao aumento de capital social da Companhia nela aprovado.

Diante disso, a Companhia suspendeu o Primeiro Prazo para Subscrição de Sobras mencionado no Aviso aos Acionistas divulgado em 14 de dezembro de 2010.

Em 27 de junho de 2011, a Companhia tomou ciência de decisão de 2ª instância que revogou liminar anteriormente concedida.

Desta forma, os procedimentos legais para concretizar o aludido aumento de capital foram retomados: a Companhia publicou novo aviso aos acionistas em 30 de junho de 2011 para contagem do Primeiro Prazo de Subscrição das Sobras; dia 12 de julho de 2011 abriu-se o Segundo Prazo de Subscrição de Sobras e finalmente, em 26 de julho de 2011, a Companhia publicou aviso aos acionistas de Encerramento de Prazos para Subscrição das sobras.

A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. honrou o compromisso assumido, e após o encerramento do Segundo Prazo para Subscrição de Sobras, as 26 ações preferenciais residuais foram por ela, devidamente inscritas e integralizadas em 20 de julho de 2011.

Isto posto, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento do capital social em 01 de Agosto de 2011 e já convocou a Assembléia Geral para alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, bem como para a sua consolidação.

A companhia apresentou no 2º Trimestre de 2011 um prejuízo de R\$ 1.138, 1º trimestre de 2011 um prejuízo de R\$ 2.207, sendo que no 1º Trimestre de 2010 teve um prejuízo R\$ 970, 2º Trimestre de 2010 um prejuízo de R\$ 3.656, ocasionado principalmente pelas despesas financeiras que em 30 de junho de 2011 somaram R\$ 2.041(em 30 de junho de 2010 R\$ 4.304).

A companhia continua no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo.

A Administração

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Construtora Adolpho Lindenberg S/A ("CAL" ou "Companhia") foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo - SP.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e em incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

1.1. Comentários de desempenho

A aquisição do controle da Companhia em 2008 por parte da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI") foi realizada, principalmente, em função da qualidade e força da marca "Adolpho Lindenberg".

Quando da aquisição, a Companhia possuía reduzido número de contratos de prestação de serviço a terceiros, que não eram suficientes para fazer frente a suas obrigações. Esta situação afetou e continua afetando a saúde financeira da Companhia. Assim, a CAL tem apresentado deficiência de capital de giro e prejuízos sucessivos, o que tem afetado o seu patrimônio líquido.

Neste momento, a Companhia ainda está passando por um processo de reestruturação operacional e administrativa, com medidas efetivas de racionalização de custos e busca de novos contratos de prestação de serviços, o que permitirá, nos próximos anos, geração de caixa com recursos oriundos da sua atividade operacional.

Desde 2008 o acionista controlador vem realizando empréstimos à Companhia, cujo saldo consolidado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 2.387 (R\$ 12.404 em 2010), conforme demonstrado na Nota 6a, e destinou o montante de R\$ 13.742 para aumento de capital em 2010, conforme descrito na Nota 12.2.

O acionista controlador da Companhia tem como plano para o segundo semestre de 2011, a cobertura substancial do passivo a descoberto, por meio da integralização de capital, conforme comentado na Nota 12.2.

A Administração da Companhia entende que o acionista controlador continuará assegurando o suporte financeiro necessário à continuidade das suas operações.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

As informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de Junho de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 30 de Junho 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.1. Apuração do resultado de prestação de serviços

As receitas e os custos oriundos de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e administrativas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa trimestralmente estas estimativas contábeis e suas premissas.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota 2.2. É avaliada periodicamente pela Administração a necessidade de constituição de provisão para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa, com base no histórico de perdas.

2.6. Imóveis a comercializar

São avaliados ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo dos imóveis também é formado por gastos com aquisição de terrenos para revenda.

2.7. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a data de aquisição da participação.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

As participações em controladas que apresentam situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) foram registradas no passivo não circulante da Companhia.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável (*impairment*).

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança a valor justo por meio do resultado. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo a valor justo por meio do resultado. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, A Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.11. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia e certas controladas apresentam saldo de prejuízos fiscais no montante consolidado de R\$ 26.029 em 30 de junho de 2011 (R\$ 22.750 em 2010), mas não foi registrado o imposto de renda e contribuição social diferidos, pelo fato de a Companhia não possuir histórico de bases tributáveis e tampouco projeções que justificassem o registro dos créditos fiscais diferidos.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

Não há diferenças entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma o resultado por ação será o mesmo, para ambos as espécies de ações.

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos e passivos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. A Companhia não vinculou nenhuma operação a instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.15. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, apresentadas abaixo:

Empresa	Critério de consolidação	% de participação em Junho de 2011		% de participação em Dezembro de 2010	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Cal Construtora e Serviços da Mão de Obra Ltda.	Integral	50%	50%	50%	50%
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	99%	-	99%	-
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	99,99%	-	99,99%	-

As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtem controle e continuam a ser consolidados até a data em que esse controle deixar de existir. O resultado do exercício é atribuído aos proprietários da

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

controladora e a participação de não controladores. Na consolidação são eliminados os investimentos nas empresas controladas, assim como os saldos a receber e a pagar e as receitas, as despesas e os lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas.

2.16. Apresentação de Informações por segmento

A Administração entende que a divulgação de informações por segmento não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas operações, avaliação de desempenho e tomada de decisão para alocação de recursos num único segmento de negócio – a prestação de serviços de administração e de construção de obras. Os resultados da Companhia e de suas controladas são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.18. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.19. Novos pronunciamentos emitidos pelo IASB

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e são obrigatórios para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, com exceção do IFRIC 19, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia, que avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)**

Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **IAS 32 Classificação das emissões de direitos**

Esta alteração tem por objetivo esclarecer que as emissões de direitos de subscrição que permitem adquirir um número fixo de instrumentos de patrimônio próprio por um preço fixo serão classificadas como patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício é denominado, sempre que a emissão se dirija a todos os detentores de uma mesma classe de ações ou participações em proporção ao número de títulos que já possuem.

- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo**

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital**

A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.

- **Melhorias para IFRS**

O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia: - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros. - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Novas IFRS e IFRICs ainda não em vigor em 30 de junho de 2011.

Na data de elaboração destas informações financeiras intermediárias, os seguintes IFRS, Alterações e Interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas e alterações de normas		<u>Aplicação obrigatória:</u> <u>exercícios iniciados a</u> <u>partir de:</u>
Alterações ao IAS 12	Impostos diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes	1º de janeiro de 2012
Alterações ao IFRS 7	Divulgações – Transferência de Ativos financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	Demonstrações Contábeis Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos em Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração a Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 19 revisado	Benefícios a empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 revisado	Demonstrações Contábeis Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 revisado	Investimentos em Coligadas e em Controlas em Conjunto	1º de janeiro de 2013

A Companhia está atualmente analisando o impacto da aplicação destas normas, alterações e interpretações. Baseando-se nas análises preliminares realizadas até a presente data, a Companhia estima que sua aplicação não terá um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

3. Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Dezembro de 2010
Caixas e bancos	1	11	213	112
Aplicações financeiras (a)	89	85	90	84
Total	90	96	303	196

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa remunerados a taxas que se equivalem a variação do CDI (variam entre 98% e 100%) e para as quais não há restrições para seu resgate imediato.

4. Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010
Contas a receber - obras por administração(a)	97	223
Promitentes compradores de imóveis (b)	3.621	5.116
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(370)	(533)
Total	3.348	4.806
Circulante	932	2.034
Não Circulante	2.416	2.772

(a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global e taxa de administração de obras;

(b) O saldo de contas a receber decorrente da venda, em anos anteriores, de unidades imobiliárias concluídas, demonstrado ao valor presente.

(c) A movimentação foi a seguinte:

Consolidado		
Dezembro de 2010	Reversão líquida	Junho de 2011
(533)	163	(370)
(533)	163	(370)

Os saldos não circulantes em 30 de Junho de 2011 e de Dezembro de 2010 apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Junho de 2011	Dezembro de 2010
2012	305	624
2013	700	624
2014	700	624
2015	700	624
Demais anos	11	276
Total	2.416	2.772

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques de imóveis

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Dezembro de 2010
Estoques de terrenos (lotes)	582	582	1.604	1.604
Imóveis concluídos	-	-	3.510	3.510
Total	582	582	5.114	5.114
Circulante	-	293	-	3.892
Não circulante	582	289	5.114	1.222

Parte dos imóveis (terrenos) registrados no ativo não circulante encontram-se como garantia de processos judiciais cíveis, que totalizam o montante de R\$ 1.222.

6. Partes relacionadas**a) Operações de mútuos entre partes relacionadas**

Referem-se a operações de mútuo, realizadas com partes relacionadas e sem vencimento determinado ou cobrança de encargos financeiros, com exceção do mútuo com a acionista LDI, que está sujeito a atualização com base no índice IGPM/FGV e juros de 12% a.a.:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Dezembro de 2010
Ativo				
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	431	551	-	-
Cal Const. e Serv. da Mão de Obra Ltda.	8.145	6.222	-	-
Lindenberg São Paulo Incorp. Ltda.	3.456	3.450	-	-
Total Ativo	12.032	10.223	-	-
Passivo				
LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A.	2.122	12.134	2.387	12.404
Total do Passivo	2.122	12.134	2.387	12.404

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado no quadro a seguir, as receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 30 de Junho de 2011 e de 30 de Junho de 2010, são substancialmente decorrentes de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora LDI:

Descrição	Consolidado	
	Junho de 2011	Junho de 2010
Receitas com serviços prestados com partes relacionadas		
Brandemburgo Incorporação SPE Ltda.	120	503
Brugge Incorporações SPE Ltda.	662	319
CCS Lapa Empreend. Imobiliário e Participações	92	-
Dolder Incorporação SPE Ltda.	900	175
Ibirapuera Incorporadora SPE Ltda.	233	614
Itaim Bibi Incorporação SPE Ltda.	-	149
Lapin Incorporação SPE Ltda.	5	380
Madri Incorporação SPE Ltda.	617	25
MAS1 Participações Ltda.	143	85
Q Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	187
Sardenha Incorporação SPE Ltda.	150	-
Sorrento Incorporação SPE Ltda.	708	166
Viradouro Incorporação SPE Ltda.	-	581
Win Work Pinheiros Empreendimento Imobiliário	1.224	188
Messina Incorporação SPE Ltda.	142	-
Costa São Caetano Empreendimentos S/A	617	-
Fazenda Roseira Alpha Empreend. Imobiliários	164	-
Fazenda Roseira Eta Empreend. Imobiliários	33	-
Fazenda Roseira Gamma Empreend. Imobiliários	31	-
Fazenda Roseira Kappa Empreend. Imobiliários	130	-
PDG Barão Geraldo Incorporações SPE Ltda	222	-
Subtotal de receita de serviços com pessoas ligadas	6.193	3.372
% Representatividade com pessoas ligadas	99%	100%

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas com serviços prestados com terceiros	Junho de 2011	Junho de 2010
Consórcio de Urbanização Agrigento	33	-
Subtotal de receita de serviços com terceiros	33	-
% Representatividade com terceiros	1%	-
Total geral de receita com serviços (nota 13)	6.226	3.372

Os serviços prestados referem-se principalmente a construção e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 8% a 10% do custo das obras.

c) Remuneração de administradores e diretores

A assembléia geral ordinária realizada no dia 30 de abril de 2011, aprovou a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011 em até R\$ 600 (R\$ 264 anual em 2010). Em 30 de junho de 2011, o montante pago aos administradores é de R\$ 157 (R\$ 87 em 30 de junho de 2010).

d) Cessão de direitos e obrigações

Em 23 de dezembro de 2008, com base em instrumento de cessão de direitos, a Companhia cedeu à BCME Participações e Negócios Ltda (antigo controlador da Companhia doravante denominado "BCME"), os ativos e passivos recebidos das controladas, além de outros ativos e passivos próprios, totalizando ativos líquidos de R\$ 8.779. O instrumento de cessão previa o pagamento em dinheiro com base nos valores contábeis. O saldo a receber em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 246.

7. Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Dezembro de 2010
<i>Investimentos avaliados pelo custo de aquisição (a)</i>	-	-	835	835
Total de investimentos	-	-	835	835
<i>Provisão para perdas com controladas (b)</i>	(9.639)	(6.912)	-	-
Total líquido de investimentos	(9.639)	(6.912)	835	835

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Participação societária avaliada pelo custo de aquisição (SCP), registrado na controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.

(b) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujo patrimônio líquido encontra-se em situação de passivo a descoberto. São apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

7.1. Seguem as principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos:

Em 30 de Junho de 2011:

Investidas	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do período	Participação (%)	Investimento	Equivalência Patrimonial do período
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda	702	3.570	10.053	1.677	(7.458)	(2.780)	50	(3.729)	(1.390)
Lindenberg São Paulo Incorp. Ltda	66	1.575	5.966	-	(4.325)	18	99	(4.281)	17
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda	1.422	6.038	6.262	2.827	(1.629)	(1.355)	100	(1.629)	(1.355)
Total								(9.639)	(2.728)

Em 31 de dezembro de 2010:

Investidas	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante				
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda	771	3.774	7.427	1.796	(4.678)	(929)	50	(2.339)
Lindenberg São Paulo Incorp. Ltda	252	1.409	6.004	-	(4.343)	(325)	99	(4.300)
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda	5.748	3.017	5.768	3.270	(273)	(367)	100	(273)
Total								(6.912)

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

Tipo de Operação	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
		Junho de 2011	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Dezembro de 2010
Capital de Giro - vencimento em 10/02/2012	Entre 3% e 6% a.a + CDI	14.996	2.776	15.371	2.776
Cessão de recebíveis- Créditos imobiliários - vencimento em 05/08/2017	Entre 10% e 12% a.a + IGPM	-	-	1.167	1.991
Total		14.996	2.776	16.538	4.767
Circulante		14.996	2.776	15.763	3.729
Não circulante		-	-	775	1.038

As garantias dadas aos empréstimos estão atreladas a aval da acionista controladora.

O saldo não circulante em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010
2012	60	88
2013	143	190
2014	143	190
2015	143	190
2016	143	190
2017	143	190
Total	775	1.038

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Obrigações tributárias parceladas

São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	Junho de 2011	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Dezembro de 2010
Parcelamento Lei 11.941/09 - REFIS IV (a)	3.689	3.519	7.434	7.513
PPI - Parcelamento Prefeitura de São Paulo (b)	963	969	963	969
Total	4.652	4.488	8.397	8.482
Circulante	363	346	1.239	1.222
Não circulante	4.289	4.142	7.158	7.260

a) Parcelamento Lei 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de Maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil "RFB" instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de Novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Este parcelamento prevê, entre outras, (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros. A consolidação dos débitos ocorrerá no 2º semestre de 2011.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada a inexistência de atraso no pagamento das prestações e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Programa de Parcelamento Incentivado - PPI

No exercício de 2006 os débitos municipais em aberto foram objeto de parcelamento incentivado junto à Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

c) Cronograma de vencimentos consolidado

O saldo não circulante consolidado em 30 de junho de 2011 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	PPI	REFIS	Consolidado
2012	74	463	400
2013	120	929	600
2014	120	929	600
2015	120	929	600
Demais anos	411	3.063	4.958
Total	845	6.313	7.158

O saldo não circulante consolidado em 31 de dezembro de 2010 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	PPI	REFIS	Consolidado
2012	110	929	1.039
2013	120	929	1.049
2014	120	929	1.049
2015	120	929	1.049
Demais anos	387	2.687	3.074
Total	857	6.403	7.260

10. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 30 de junho de 2011, a provisão está relacionada a processos trabalhistas e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	Consolidado	
	Dezembro de 2010	Junho de 2011
Trabalhista	246	246
Cível	1.420	1.420
Total	1.666	1.666

A Companhia possuía em 30 de junho de 2011, os seguintes valores relativos a processos classificados por nossos consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão reconhecida contabilmente:

Natureza	R\$
Trabalhista	2.227
Tributária	474
Cível	5.702
Total	8.403

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

11. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apurou resultado tributável no período de janeiro a junho de 2011 e também não constituiu imposto de renda diferido ativo oriundo de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social, que serão reconhecidos somente no momento em que houver consistentes perspectivas de sua realização.

Para o período de 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010, temos a seguinte apuração:

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>	
	<i>Junho de 2011</i>	<i>Junho de 2010</i>
<i>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</i>	<i>(3.345)</i>	<i>(4.626)</i>
<i>Adição do resultado da equivalência patrimonial</i>	<i>2.728</i>	<i>821</i>
<i>Outras Adições</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Lucro (Prejuízo) fiscal/base negativa de contribuição social e do Imposto de renda</i>	<i>(617)</i>	<i>(3.805)</i>
<i>Compensação de prejuízos fiscais</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Base de Cálculo do IR e Contribuição Social</i>	<i>(617)</i>	<i>(3.805)</i>
<i>Imposto de Renda / contribuição social sobre lucro</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

A despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 50 (R\$ 6 em 30 de junho de 2010) lançada no resultado consolidado refere-se à apuração pelas controladas com base no lucro presumido.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30 de Junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 8.969, totalmente integralizados, representado por 23.000 ações ordinárias e, 46.000 ações preferenciais, as quais possuem as seguintes características:

Ação Preferencial:

- (a) As ações preferenciais não terão direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a Companhia poderá a qualquer tempo propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até dois terços (2/3) do total do capital social;
- (b) Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual. ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem ao mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária. iii) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, participando também, proporcionalmente, no valor patrimonial, no caso de liquidação da sociedade;

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ação Ordinária:

(a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembléias Gerais, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma prevista na lei;

(b) Conferem direito à percepção de Dividendos.

Em 30 de Junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

Acionistas	Ações ordinárias	Capital total %	Capital Votante %
LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A.	19.379	28,09	84,26
Espólio de Thereza Christina O. Lindenberg	1.750	2,54	7,61
Outros	1.871	2,71	8,13
Total	23.000		100

A LDI tem o direito de aquisição das 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital votante e 2,54% do capital total da Companhia, pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, por força do contrato de compra e venda de ações e outras avenças, tendo como objeto a aquisição do controle da Companhia em 01 de abril de 2008, firmado com o antigo controlador BCME Participações e Negócios Ltda.

12.2. Aumento de capital em 2010

Em 20 de setembro de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou um aumento de capital na Companhia de R\$ 30.000, mediante a emissão para subscrição privada, de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

O preço de emissão foi definido em R\$ 98,97, por ação ordinária ou por ação preferencial, fixado de acordo com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, de acordo com justificativa aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/2009 disponibilizado aos acionistas.

A Assembléia Geral Extraordinária, também fixou o prazo para o direito de subscrição e integralização ao aumento de capital, sendo então até o dia 21 de outubro de 2010.

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia tomou ciência da existência da Ação Cautelar referente ao Processo nº 187628-0/000000-000, movida pelo acionista Sr. Marcos Ribeiro Simon, tendo sido concedido, por meio de Agravo de Instrumento, pela 3ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, efeito suspensivo, até o julgamento da Ação Cautelar, da deliberação que aprovou o aumento de capital, suspendendo inclusive, o prazo para exercício do direito de preferência quanto à subscrição de ações emitidas no âmbito do aumento de capital, que se encerraria em 21 de outubro de 2010.

Diante do ocorrido, no mesmo dia 20 de outubro de 2010, a Companhia cumpriu a ordem judicial e comunicou a BM&F Bovespa, publicando Aviso aos Acionistas no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios do dia 22 de outubro de 2010.

Em 10 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência da decisão de revogação da liminar proferida nos autos da Ação acima mencionada, bem como a extinção do feito sem julgamento do mérito.

Dessa forma, a Companhia encaminhou o Aviso aos Acionistas e à BM&F Bovespa, retomando a contagem do prazo para exercício do direito de preferência a partir do dia 13 de dezembro de 2010, encerrando-se em 14 de dezembro de 2010.

Com isso, foram concretizadas as seguintes integralizações em 14 de dezembro de 2010:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações integralizadas	Total em R\$
LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A.	84.956	53.893	138.849	13.742
Acionistas não controladores	5.132	11.358	16.490	1.632
Total	90.088	65.251	155.339	15.374

Ainda em 14 de dezembro de 2010, a Companhia informou a mercado por meio da BM&F Bovespa e Aviso aos Acionistas publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios de que o prazo para o direito de preferência nas ações havia sido encerrado e informou novo prazo para subscrição das Sobras.

Em 20 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência de nova decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da Ação Cautelar nº 990.10.572630-5, requerida pelo acionista da Companhia Sr. Marcos Ribeiro Simon, que suspendeu os efeitos, até o julgamento dessa Ação Cautelar, da deliberação tomada na Assembléia Geral de 20 setembro de 2010, referente ao aumento de capital social da Companhia nela aprovado.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diante disso, a Companhia suspendeu o primeiro prazo para subscrição de sobras mencionado no Aviso aos Acionistas divulgado em 14 de dezembro de 2010.

Em 27 de junho de 2011, a Companhia tomou ciência de decisão de 2ª instância que revogou liminar anteriormente concedida.

Desta forma, os procedimentos legais para concretizar o aludido aumento de capital foram retomados: a Companhia publicou novo aviso aos acionistas em 30 de junho de 2011 para contagem do primeiro prazo de subscrição das sobras; dia 12 de julho de 2011 abriu-se o segundo prazo de subscrição de sobras e finalmente, em 26 de julho de 2011, a Companhia publicou aviso aos acionistas de encerramento de prazos para subscrição das sobras.

A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. honrou o compromisso assumido, e após o encerramento do segundo prazo para subscrição de sobras, as 26 ações preferenciais residuais foram por ela, devidamente subscritas e integralizadas em 20 de julho de 2011.

Isto posto, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento do capital social em 01 de Agosto de 2011 e já convocou a Assembléia Geral para alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, bem como deliberar sobre a sua consolidação.

12.3. Destinação dos lucros

Do lucro líquido do exercício, 5% será destacado para fins de constituição da Reserva legal, até que atinja o montante de 20% do capital social da companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressaltando o direito dos proprietários das ações preferenciais.

O saldo residual será destinado a reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, futuras distribuições de dividendos aos seus acionistas bem como aquisição de outras companhias.

Notas Explicativas**Construtora Adolpho Lindenberg S/A**

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita líquida

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Junho de 2011</i>	<i>Junho de 2010</i>	<i>Junho de 2011</i>	<i>Junho de 2010</i>
Receita de Serviços (Nota 6)	2.613	798	6.226	3.372
Vendas de imóveis	-	-	-	277
Subtotal	2.613	798	6.226	3.649
(-) Impostos (a)	(224)	(69)	(546)	(302)
Receita líquida	2.389	729	5.680	3.347

(a) Os impostos incidentes são PIS, COFINS e ISS.

14. Resultado financeiro líquido

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Junho de 2011</i>	<i>Junho de 2010</i>	<i>Junho de 2011</i>	<i>Junho de 2010</i>
Receitas financeiras				
<i>Aplicações financeiras</i>	5	3	4	3
<i>Varição monetária dos contratos de vendas</i>	-	-	237	232
Subtotal	5	3	241	235
Despesas financeiras				
<i>Juros sobre empréstimos e mútuos</i>	(1.559)	(3.375)	(1.565)	(3.935)
<i>Atualização monetária de tributos parcelados</i>	(266)	(183)	(476)	(369)
Subtotal	(1.825)	(3.558)	(2.041)	(4.304)
Resultado financeiro líquido	(1.820)	(3.555)	(1.800)	(4.069)

15. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro**Gerenciamento de risco**

A Companhia e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

controles e determinação de limite de operação. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas depende da obtenção de empréstimos com terceiros e com acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, mútuos com partes relacionadas são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares com os saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados e correspondem aos valores efetivos de liquidação.

Até o exercício findo em 30 de junho de 2011, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos que devessem ser reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Construtora Adolpho Lindenberg S/A

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Construtora Adolpho Lindenberg S/A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade dos negócios

A Companhia apresentou deficiência de capital de giro e o passivo a descoberto totalizou R\$20.244 mil em 30 de junho de 2011, em decorrência principalmente dos sucessivos prejuízos operacionais apresentados nos últimos exercícios sociais. Conforme comentado na Nota 1, esforços estão sendo desenvolvidos pela Administração da Companhia em conjunto com o acionista controlador, com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e o equilíbrio econômico das operações. As informações intermediárias de 30 de junho de 2011 foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e da continuidade do suporte financeiro por parte do acionista controlador, conforme também mencionado na Nota 1.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6

Robson Leonardo Rodrigues
Contador CRC 1SP-210.734/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

O Diretor de Relações com Investidores da Construtora Adolpho Lindenberg S/A., inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 61.022.042.0001-48, com sede na Rua Joaquim Floriano, 466, Edifício Corporate, Itaim Bibi, São Paulo/SP, declara para os fins do disposto no artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) Reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2011; e

ii) Reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2011;

São Paulo, 12 de agosto de 2011

Adolpho Lindenberg Filho
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração

O Diretor de Relações com Investidores da Construtora Adolpho Lindenberg S/A., inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 61.022.042.0001-48, com sede na Rua Joaquim Floriano, 466, Edifício Corporate, Itaim Bibi, São Paulo/SP, declara para os fins do disposto no artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) Reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2011; e

ii) Reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2011;

São Paulo, 12 de agosto de 2011

Adolpho Lindenberg Filho
Diretor de Relações com Investidores